

DALBOSCO, Cláudio A. *Condição humana e educação do amor-próprio em Jean-Jacques Rousseau*. São Paulo: Edições Loyola, 2016. 278p.

Há três séculos, Jean-Jacques Rousseau figura como pensador central da Filosofia Política e da Educação. Depois de tanto tempo, cabe perguntar se a teoria do filósofo pode ainda nos dizer algo sobre a formação humana, diante das radicais mudanças no cenário social e cultural. Afinal, a educação é uma questão em aberto e seu caráter mais instigante é justamente a exigência de pensá-la em cada tempo histórico, num diálogo com nossas tradições. É justamente esse o desafio que enfrenta Cláudio Dalbosco, um pesquisador atento que maneja precisos recursos metodológicos e compreende as sutilezas e ambivalências do pensamento desse “gênio da modernidade” para seguir “caminhos inteiramente novos”, como apontam Marcos Nobre e Ricardo Terra no Prefácio do livro *Condição humana e educação do amor próprio em Jean-Jacques Rousseau*.

Aliando sólida formação filosófica e acuidade no trato das questões pedagógicas, Dalbosco envereda-se nos textos de Rousseau para redimensionar o pensamento sobre o amor próprio como uma teoria do reconhecimento social, o que implica em duas hipóteses: Rousseau antecede Hegel na proposição dessa teoria do reconhecimento e a ambivalência do amor-próprio assume um caráter produtivo para a educação, o que permite não negar as paixões, mas ajustar as forças do homem em favor

de seu próprio aperfeiçoamento e de sua sociabilidade. Nessa perspectiva, o livro se afastados enfoques tradicionais e propõe uma inovadora interpretação do pensamento rousseauiano, conferindo ao clássico seu verdadeiro estatuto; ou seja, manter viva a força e a potência dos conceitos para elucidar perguntas mais inquietantes do nosso tempo. Passado três séculos, Dalbosco expõe toda riqueza da reflexão de Rousseau e atualiza a envergadura desse pensador da condição humana, sem aprisioná-lo em anacronismo. A epígrafe de Cassirer que abre o livro dá o tom àquilo que será desenvolvido: não se trata de uma mera erudição, mas de “uma problemática viva e absolutamente atual” (...). “Os problemas formulados por Rousseau em seu século não se tornaram hoje, de modo algum, antiquados; também não estão por nós ‘resolvidos’. Talvez sua formulação possa ter apenas um significado histórico e ser compreensível apenas historicamente; mas seu conteúdo não perdeu nada de sua proximidade”.

A obra é constituída de sete ensaios que articulam teoria educacional e antropologia filosófica, especialmente nas obras *Emílio* e *o Segundo discurso*, em diálogo com Ernst Cassirer, Robert Derathé, Leo Strauss, Frederick Neuhouser e Axel Honneth, mostrando a unidade indissolúvel do pensamento de Rousseau e projetando renovada interpretação de conceitos como estado de natureza,

*perfectibilité*, amor de si, amor-próprio e formação virtuosa davontade. Desse modo, Dalbosco pretende mostrar “o desdobramento e o significado de alguns conceitos do *Segundo Discurso* na arquitetura pedagógica do *Émile* e averiguar, simultaneamente, como tais conceitos se deixam esclarecer à luz daquela arquitetura” (p. 42). Disso resulta a compreensão da educação como auto-formação moral da vontade, realizada na experiência do mundo e tensionada pela ambivalência do amor-próprio.

O primeiro ensaio é central para a compreensão de todos os demais argumentos do livro. Tematiza a crítica da cultura, na tentativa de compreender o processo de sociabilidade e os motivos da corrupção e da desfiguração na vida social, tendo por referência a tensão constitutiva entre o amor de si e o amor-próprio. Aqui surge a força da tese antropológica de Rousseau que sustenta ser a ambiguidade do amor-próprio que produz as paixões violentas e irascíveis, gerando o aparecimento da sociedade corrompida. Dalbosco transita com desenvoltura entre esses conceitos e apresenta diferentes posições teóricas (Derathé e Fetscher), esclarecendo suas potencialidades e limites. Posiciona-se em defesa da teoria da ambigüidade do amor-próprio, que se sustenta pelo fato “desse sentimento não ser somente uma força destrutiva (fonte dos vícios e da maldade), mas também construtiva, pois conduzido pela virtude pode ser fonte de formação do ser humano bondoso e justo” (p. 49).

Busca de reconhecimento e educabilidade é o tema do segundo ensaio, em que o autor, apoiado na recente interpretação de Neuhausser, reafirma que o desejo do reconhecimento provém do

amor-próprio, que não é apenas fonte de negatividade, mas base do reconhecimento e impulsão para a sociabilidade. Na relação social o homem aciona o desejo de comparação, levando a considerar o olhar do outro como constitutivo de si mesmo. Ou seja, o homem aciona tanto o bem estar físico como ser reconhecido pelo outro pelo seu valor. Quando predomina a vontade de superioridade em relação aos outros, temos o aspecto destrutivo do amor-próprio. O enfrentamento desse aspecto destrutivo é decisivo à educabilidade e ao direcionamento das paixões humanas. Nesse aspecto, Dalbosco avança mais um passo, considerando a arquitetura pedagógica do *Émile* para se posicionar em favor de uma educação doméstica (privada) de modo a preparar primeiramente a criança contra a destrutividade do amor-próprio. Daí a importância da experiência com as coisas desde a primeira infância para o desenvolvimento do senso de limite. Em decorrência, o processo formativo deverá enfrentar o caráter perverso do amor-próprio, oferecendo primeiro a educação doméstica, para depois a educação pública, ou nos termos do *Émile*, primeiro a educação do homem e depois a do cidadão. Nas palavras de Dalbosco: “Antes de ouvir a voz dos homens e de se expor precocemente aos riscos de seu amor-próprio pervertido, Emílio precisa aprender a voz da natureza, pois desperta a sensibilidade em seu coração” (p. 106).

A ideia de educação natural é inserida na historicidade e recebe novos influxos pela análise da perfectibilidade, essa capacidade indeterminada do homem enfrentar as circunstâncias – tema do terceiro ensaio –, um contraponto aos riscos de reduzir o amor-próprio à perversão.

Dalbosco destaca a extraordinária fecundidade pedagógica desse conceito, capaz de esclarecer a sociabilidade e potencializar o sentido produtivo do amor-próprio. A perfectibilidade não se coaduna a nenhuma determinação prévia, mas se refere à “plasticidade da condição humana que a torna capaz tanto de adaptação como de resistência, dependendo do tipo de postura que o momento e a situação exigem”(p. 127). Isso confere à perfectibilidade uma indeterminabilidade em relação à ordem externa, uma busca de novo modo de projetar a felicidade. Num debate com autores como Forschner, Benner & Brügggen e Dent, Dalbosco afirma a força da plasticidade e da livre deliberação contidas no conceito de perfectibilidade que permitem ao homem dar direção à sua própria vida. A investigação não deixa despercebidas as sutis e importantes diferenças entre a perfectibilidade e o contexto teleológico em que se gesta a idéia de perfeição, vigente sobretudo no pensamento cristão. E por conhecer bem o contexto em que se origina o conceito de *Bildung*, o autor reconhece a antecipada perfectibilidade no conceito de *Bildsamkeit*, “por um lado, fonte de inspiração da *Mündigkeit* kantiana e, por outro, do *Wilhelm Meisters Lehrjahre* de Goethe” (p. 131).

No quarto ensaio, o autor investiga detalhadamente um conceito decisivo para o pensamento de Rousseau que se encontra envolto em obscuridade: o estado natural. Retoma as raízes históricas do problema para se posicionar em defesa do caráter normativo do conceito de natureza. Ao contrário de um conceito empírico, o estado natural constitui-se num critério para empreender uma crítica social e cultural. Dalbosco associa

o estado da natureza ao “núcleo da teoria negativa da virtude que sustenta o projeto de educação natural nos três primeiros livros de *Émile*” (p. 160). Longe de significar um retorno à vida selvagem, o estado de natureza constitui-se num critério para negar o estado atual da sociedade corrompida. Esse critério inspira pensar a educação da infância sob dois aspectos: (1) há uma pré-racionalidade que reconhece a criança com um ser sensitivo, mais que intelectual e (2) a condição de liberdade do homem natural possibilita associar a educação infantil com autogoverno, o que introduz uma verdadeira novidade na educação. Nesse aspecto Dalbosco mostra toda sua simpatia por uma educação inserida na ordem natural, equilibrada e voltada para a ordem das coisas.

O quinto ensaio – *História como propedêutica da educação moral* – tematiza a gênese do conceito de história no pensamento de Rousseau e sua articulação com a liberdade e a moral. Trata-se de uma concepção da história ambivalente, em que se encontram mesclados traços de uma concepção cíclica e linear. A partir de Löwith, Dalbosco retoma a pluralidade de fontes desse conceito: a cíclica herdada dos antigos gregos que concebe a vinculação do homem às forças cósmicas, havendo determinantes à sua ação; a concepção cristã que pensa a ação humana na esfera da salvação e da escatologia e a concepção iluminista secularizada de história, que atribui à razão humana e às ciências a capacidade de progredir. O homem encena seus conflitos na história não dependendo mais de um Deus, mas de sua própria ação. Nesse contexto se articula a noção de perfectibilidade que, diferentemente da idéia de perfeição cristã, permite que

o homem construa sua própria história pelo processo educativo. O conceito de perfectibilidade rompe com a teleologia e deixa aberto a direção do aperfeiçoamento: “De posse da liberdade e da perfectibilidade, compete ao ser humano, vivendo em sociedade, lutar contra a maldade interior que o corrói e contra as estruturas sociais e políticas que o corrompem” (p. 191). Por fim, o autor articula a história como uma propedêutica à ação virtuosa. Se o amor-próprio pervertido surge pela ação do homem, sua ação deve voltar-se para a virtude, ou seja, é preciso passar da educação natural à educação moral a ser obtida “pela experiência do outrem” (p. 193). O estudo da história auxilia nesse processo, desvelando as intenções humanas, por permitir verificar a diferença entre o que fazem os homens e o que dizem que fazem.

No contexto da análise da condição humana, a determinação da vontade é analisada no sexto ensaio, numa busca da relação entre razão, consciência e formação do gosto. Ouvir a voz da consciência remete para a questão do enfrentamento do problema do mal na sociedade diante da bondade natural. O mal não provém de Deus, nem está essencialmente na natureza humana, mas na ação do homem em sociedade, o que implica sua responsabilidade. O apelo à interioridade passa a se constituir no critério para julgar o mal, pois para agir moralmente e julgar é preciso mais que uma mera determinação da vontade, impõe-se um sentimento que brota do coração e se vincula à voz da consciência. Expondo as dificuldades decorrentes do próprio conceito de razão, Dalbosco faz uma heurística interna aos textos de Rousseau para mostrar que a voz inte-

rior se articula com o conceito de razão alargada, porque se trata de uma razão que acolhe elementos não prevalentes na razão iluminista, mas que inclui sentimento e imaginação. Essa dimensão expressiva e emotiva da razão possibilita a educação do gosto que resulta na capacidade de moderar a vaidade e o orgulho, de lutar contra as paixões. Assim, a educação moral não depende de uma razão demonstrativa e lógica, mas desse aprimoramento do gosto, “uma educação para o mundo, transformada na busca pela arte virtuosa de viver” (p. 240). Contra o gosto afetado prevalente na sociedade corrompida, Emílio deve se apoiar na beleza natural, na “busca da simplicidade e autenticidade no modo de viver”(p.244).

O sétimo ensaio encerra o livro, tematizando o amor-próprio e a formação virtuosa da vontade. Dalbosco parte das recentes pesquisas de Neuhouser e Honneth que atribuem a Rousseau o pioneirismo das reflexões sobre a teoria do reconhecimento. Honneth destaca uma variante positiva diante da ambigüidade do amor-próprio que permite encontrar no *Émile* o respeito recíproco como base da sociabilidade humana. Dalbosco subscreve essa tese, mas adverte que Honneth desconsiderou o problema da formação da vontade. Avança, então, na perspectiva de que a educabilidade do amor-próprio depende da formação virtuosa da vontade. O motor da sociabilidade não estaria na busca insaciável da superioridade em relação aos outros, mas na própria condição vulnerável do ser humano, de onde brota o sentimento de humanidade. Honneth, segundo Dalbosco, ignora que na “arquitetônica pedagógica de Rousseau o aluno fictício só adquire consciência sobre a importân-

cia do respeito recíproco entre iguais por meio de um longo e inesgotável processo educativo de seu amor-próprio, o qual depende da capacidade de determinação da vontade” (p. 262). Educando o amor-próprio, Emílio percebe que se amplia sua rede de ação social e, nesse convívio, é necessário que a formação da vontade domine as paixões. Daí a conclusão do livro de que Rousseau “só pôde fundar uma teoria do reconhecimento porque formulou embrionariamente uma concepção de liberdade” (p. 266).

Por fim, deve-se lembrar que *Condição humana e educação do amor-próprio em Jean-Jacques Rousseau* é uma obra diferenciada em relação às publicações sobre Rousseau, no campo educacional, não só pelo rigor metodológico, consulta de fontes primárias e respeitados intérpretes, mas, sobretudo,

pela originalidade da abordagem. Assim, Dalbosco faz jus ao papel do pesquisador e celebra com grandeza a leitura de um clássico. A conferir pelos leitores interessados em compreender as raízes da pedagogia moderna e seu compromisso não só com o aperfeiçoamento de si, como também com a dimensão política da educação. Em tempos tão difíceis de nossa vida pública, em que se avolumam denúncias de corrupção, faz sentido retomar o ensinamento de Rousseau e se perguntar se o nosso maior problema não é ainda a educação dos homens. Essa pergunta levada a sério, vai além de um simples problema técnico, para assumir um verdadeiro sentido formativo.

*Nadja Hermann*

UFRGS

nadjamhermann@gmail.com